



VILAREALSTºANTONIO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

*Miguel*  
*Proença*

## ATA N.º 05/2016

Ao oitavo dia do mês de setembro do ano de dois mil e dezasseis, pelas vinte e uma horas, na Biblioteca Municipal de Vila Real de Santo António, encontrando-se presente **Maria do Rosário Papafina Proença**, a presidir a Assembleia Municipal, **Miguel Moreira da Costa** como Primeiro Secretário, **Alexandre Hermínio Drago Madeira** como Segundo Secretário, e os membros eleitos das **Bancadas do PSD, PS, CDU e BLOCO DE ESQUERDA**, nomeadamente **António Manuel Cipriano Cabrita**, **Carlos Manuel Fernandes de Almeida Lança**, **David Miguel Vasques da Silva**, **Lara Sofia Vairinhos Rosa**, **Maria Alexandra Martins do Livramento**, **Vítor Manuel de Figueiredo F. Rosa**, **Jorge Manuel dos Santos Pinto**, **António José Cardoso Gomes**, **Maria da Conceição Freitas Henrique Granado**, **Luís Miguel Guerreiro Romão**, **Cláudia Sofia Faria Justo Serra**, **José Roberto Leitão Guerreiro**, **Joaquim Luís Pena Vasques**, **Maria Luisa S. Currito de Oliveira e Castro**, **Rui João Gutierrez Setúbal**, **Luís Manuel da Rosa Fernandes**, **Albertina da Piedade Fernandes Madeira**, **António Filipe Parra Martins**, **Marco Aurélio Vilanova do Ó**, **Luís Manuel Negrão Vargas** e **José Manuel Camarada Veia**, e conforme **Edital de 29 de agosto de 2016**, reuniu em sessão **ORDINÁRIA**, a Assembleia Municipal de Vila Real de Santo António.-----

**ABERTURA DA SESSÃO:** o 1º Secretário procedeu à chamada. No **PSD** registou-se a ausência de **José Carlos Costa Barros**, substituído por **António José Cardoso Gomes**, **Armando José Parra da Silva**, substituído por **Vítor Manuel de Figueiredo F. Rosa** e **Manuel da Conceição António**, substituído por **Cláudia Sofia Faria Justo Serra**. Na bancada do **PS** registou-se a ausência de **Ricardo José Madeira Cipriano** que foi substituído por **Joaquim Luís Pena Vasques**. Na bancada da **CDU**, **Marco Aurélio Vilanova do Ó** substituiu **Vanda da Encarnação Matias Fernandes** e na bancada do **BE**, **José Manuel Camarada Veia** substituiu **José Manuel Modesto Dourado**.-----

Verificando-se a presença de todos os membros da Assembleia Municipal foi declarada aberta a sessão.-----

A **Presidente da Mesa da Assembleia** deu início ao **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA.**

**António Manuel Cipriano Cabrita** elogiou a atuação dos Bombeiros Portugueses na vaga de incêndios que está a assolar o território nacional. Frisou o facto de estes bombeiros serem pessoas exemplares e que, tendo em conta que muitos até são voluntários, merecem ainda mais ser apoiados, elogiados e vangloriados no papel que vão tendo nestas situações bastante graves para o país. Chamou a atenção dos presentes para o auto caravanismo e para a falta de atuação das autoridades perante o estacionamento indevido das caravanas nos parques das praias da Manta Rota, Monte Gordo e Altura e inclusivamente no interior. Opinou que, no futuro, este assunto tem de ser regulamentado. -----

**António Filipe Parra Martins** afirmou ter duas preocupações relacionadas com o final da época balnear, época em que o concelho recebeu milhares de visitantes que foram surpreendidos pelo estacionamento pago que este ano se alargou à freguesia de Monte Gordo. Sublinhou que foi notório o descontentamento generalizado dos visitantes, moradores, proprietários de 2.ª habitação e comerciantes e disse que para muitos comerciantes a caixa registadora foi o melhor barómetro para avaliar o impacto que esta medida teve na economia e no comércio. Transmitiu que a CDU reafirma que é preciso tomar medidas para erradicar o estacionamento pago no concelho. Falou da manifestação ocorrida na passada semana sobre a privatização dos serviços da água, esgotos e lixo e frisou que vários munícipes, funcionários da SGU e da autarquia participaram na iniciativa manifestando-se frente ao edifício da Câmara Municipal, preocupados pela situação laboral e pelas alterações que estas concessões trarão à conta da água e à qualidade do serviço prestado. Garantiu que, na Assembleia Municipal de Dezembro de 2015, a bancada do PSD compromete-se a alargar o horário das 35h aos trabalhadores da SGU e que apesar das justificações de que se aguardam pareceres, apresentadas para a não aprovação desta medida, a CDU considera que esta é apenas uma decisão política que tem de ser tomada, de preferência antes de ser consumada a concessão já que, para a empresa que ficar com este serviço, será mais apetecível ter o horário dos trabalhadores, fixado em 40 horas. -----

**Rui João Gutierrez Setúbal** frisou que na sua intervenção feita na última Assembleia Municipal referiu algumas situações relativas ao estacionamento, entre elas, um facto que lhe parecia um tanto anormal que tem a ver com o n.º 3 do artigo 9 do Regulamento e da diferença de tratamento que estava a ser dada a munícipes em que uns só podiam

estacionar a sua viatura em determinadas zonas sendo residentes ou comerciantes e outros podiam estacionar em todo o lado, e acrescentou: *"Foi aqui dito publicamente que devia tratar-se de algum problema e eu decidi, no dia seguinte, prevaricar e a prova disso está aqui"*. Mostrou um documento de multa e sublinhou que o mesmo é a prova de que, neste concelho, há cidadãos de primeira e de segunda, relativamente à forma como está a ser feito o entendimento do contrato de concessão e que por esse motivo, denuncia em Assembleia Municipal o tratamento diferenciado. Apontou ainda que o terreno cedido à Vilaleaving em 2014 continua em nome daquela entidade, que o presidente da Câmara Municipal afirmou em Assembleia que se tratava de apenas uma parte do terreno e que os serviços camarários estariam a tratar do processo. Disse ainda: *"Estamos em 2016 e a situação, à data de hoje, ainda não foi resolvida já que o terreno ainda se encontra registado em nome da Vilaleaving. Que tratamento foi dado a este processo?"*. De seguida, entregou à Mesa da Assembleia um folheto sobre estacionamento, o documento da multa aplicada pela ESSE e um requerimento com questões relacionadas com os contratos de concessão de estacionamento tarifado e com o edifício do Hotel Guadiana, documentos que ficarão apensos à ATA. -----

**José Manuel Camarada Veia** referiu que a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal foram merecedoras de um abaixo-assinado com um número de assinaturas suficientes para, quer a Câmara, quer a Assembleia dar resposta aos munícipes e dar a conhecer o que foi feito a partir do momento de entrega de documentos. Disse que existe uma cedência do espaço público por parte da SGU, perguntou se a SGU é proprietária do espaço público para fazer essa cedência e frisou querer saber quais valores já recebidos pela empresa concessionária e se a mesma informou a Câmara Municipal desses valores porque quando as pessoas pagam o estacionamento não recebem uma fatura, e acrescentou: *"Os membros da Assembleia Municipal devem ter conhecimento real das situações. Devem ver também a necessidade de fazer obras no molho de Vila Real de Santo António porque já é visível a degradação do muro que suporta o pontão existindo perigo grande do mesmo desmoronar"*. Perguntou ainda se a Câmara Municipal tem feito a desratização naquela zona. -----

**Luis Manuel da Rosa Fernandes** pediu à Mesa para que se termine com a situação dos atrasos nas Atas da Assembleia que desde 2010 que se tem vindo a agravar e que em cada Assembleia deveria ser aprovada a Ata da Assembleia anterior. Apelou para que as reuniões da Assembleia voltem a realizar-se no Centro Cultural António Aleixo por considerar que aquele é o local mais digno e o mais central. Disse que o regulamento do espaço público foi aprovado em 29/12/2015 e que nessa altura lançou um repto à autarquia no sentido de se

conseguir corrigir o que estava mal com o uso abusivo do espaço público que se tem agravado, e acrescentou: *“Todos nós vemos quais os lugares que estão mal e estas situações podem e devem ser corrigidas”*. Referiu também que no ano transato, em Setembro, deixou um alerta em Assembleia, a propósito do acesso poente da Zona do Coelho na praia de Monte Gordo, ferente ao Hotel Dunamar e que a situação da rampa continua por resolver mantendo-se apenas a escadaria o que dificulta o acesso a pessoas com mobilidade reduzida. Frisou também que a situação de falta de estruturas para estacionamento de bicicletas na praia da Manta Rota também se mantem, dificultando a passagem das pessoas. Apontou um dos imóveis do projeto *Grand Hotel Algarve* e solicitou que a Câmara Municipal tornasse este processo mais esclarecedor e mais transparente para os munícipes. Perguntou se o *Grand Beach Hotel*, espaço que está a ser construído na Ponta da Areia, vai tornar aquela zona de praia privativa. -----

**Marco Aurélio Vilanova do Ó** perguntou por que razão inúmeros contentores subterrâneos estão a ser substituídos por contentores tradicionais. Referiu que os parques infantis estão a ficar degradados, que os mosaicos da Rua Teófilo Braga deveriam ser substituídos por outros iguais e não por mosaicos que nada têm a ver com os originais e chamou a atenção para a perigosidade das grelhas metálicas da mesma rua que, por estarem partidas, têm causado acidentes com crianças e adultos. Terminou opinando que estas situações em nada abonam a candidatura do município a Património da Humanidade. -----

**Carlos Manuel Fernandes de Almeida Lança** disse concordar com **António Martins** quando o mesmo refere que as caixas registadoras são o melhor barómetro mas que pela informação que tem, este Verão, foi aquele em que todos os comerciantes faturaram dois dígitos a mais que no Verão passado. Frisou que os abaixo-assinados não são eleições, que o melhor abaixo-assinado acontece de quatro em quatro anos quando a população tem oportunidade de se manifestar nas urnas e que se não tivesse sido criado o parque de estacionamento à entrada de Monte Gordo, as centenas de carros que ali estacionaram não teriam parqueamento noutra local. -----

**José Manuel Camarada Veia** opinou que os abaixo-assinados não são eleições, que vivemos em democracia e que quando os munícipes elegem um executivo, o mesmo tem aquele mandato para fazer aquilo que acha melhor para a população.-----

Tendo-lhe sido concedida a palavra pela **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal**, o **Presidente da Câmara Municipal** concordou com o facto dos parques infantis não estarem nas melhores condições e afirmou que o executivo também não está agradado com a



*Luís*  
*43*

situação atual dos mesmos. Quanto aos mosaicos da Rua Teófilo Braga informou que não existe nenhuma fábrica em Portugal ou no estrangeiro que produza mosaicos com aquelas características e que a solução é colocar diferentes no local dos originais degradados. Relativamente aos parquímetros afirmou que esta é uma situação que está consolidada, que os resultados económicos estão à vista, que a Câmara Municipal mandou fazer um estudo de opinião sobre o que as pessoas pensam desta questão e que em breve os resultados serão apresentados em Assembleia Municipal. Dirigindo-se aos membros da Assembleia frisou: *“Os senhores terão surpresas interessantes sobre a opinião da população residente”*. Sobre o contrato do Hotel Guadiana afirmou que este é transparente e afirmou que as queixas que o deputado **Luis Fernandes** tem feito, nunca lhe foram favoráveis, que o domínio público hídrico não é alienável, sendo lógico e perceptível que não haverá praias privadas em Vila Real de Santo António, tal como acontece no resto do país. Explicou que no campo do Beira Mar não houve exploração por parte da ESSE não havendo, por conseguinte, nenhum contrato. – **Luis Manuel da Rosa Fernandes** solicitou de novo a palavra ao que a **Presidente da Mesa da Assembleia** respondeu que o deputado já interveio pelo que falará de novo noutra ocasião. – **Luis Manuel da Rosa Fernandes** retorquiu que nestas situações não existe democracia. -----

A **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** deu início ao **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** com o **Ponto 1 - EXPEDIENTE E INFORMAÇÕES**. Informou da correspondência recebida e enviada por mail para os responsáveis de cada uma das bancadas, nomeadamente: -----

- Do Grupo Parlamentar do PCP com as perguntas ao Governo sobre a situação nas barragens de Odeleite e do Beliche; sobre a utilização plena do aproveitamento Hidroagrícola do Sotavento Algarvio e sobre a compensação salarial e emissão de licenças aos mariscadores de Monte Gordo; -----

- Da Associação Nacional de Municípios Portugueses, ofício a informar da realização do Seminário “Portugal 2020”.-----

Deu ainda conhecimento dos processos remetidos pela Câmara Municipal a esta Assembleia, nomeadamente:-----

- **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DA ENGENHARIA ELETROTÉCNICA – COMUNICAÇÃO DA REALIZAÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS**; -----

- **PRESTAÇÃO DE SERVIÇO NA MODALIDADE DE AVENÇA NA ÁREA DA COMUNICAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VRSA – RENOVAÇÃO 2016**; -----

Foram distribuídas pelas bancadas cópias dos documentos atrás descritos.-----

**2. SUBSTITUIÇÃO DE MEMBRO DA CPCJ – COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO;** - A Presidente da Mesa da Assembleia explicou que a deputada **Maria Luisa Santos Currito de Oliveira e Castro** atingiu o tempo limite de permanência (9 anos) na CPCJ pelo que será necessária a sua substituição. -----

**Maria Luisa Santos Currito de Oliveira e Castro** fez a seguinte intervenção: *“Tive todo o gosto de pertencer à Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de VRSA. No entanto, a lei é para se cumprir. Só tenho a agradecer as palavras de despedida proferidas pela Senhora Presidente. A dedicação transmitida só poderia ser a que ocorreu, as crianças merecem da parte de todos essa atenção e respeito. A sua proteção é um direito”*. De seguida, propôs ser substituída por **Rosa Maria Batista Ribeiro Cabrita**. -----

Os membros da Assembleia Municipal concordaram com a proposta apresentada, pelo que, a decisão será comunicada à CPCJ. -----

Interveio **Luis Manuel da Rosa Fernandes** para dizer que o abaixo-assinado, falado anteriormente, deveria ter tido resposta por parte da assembleia e não teve. A **Carlos Lança** disse que a democracia hoje é participativa e não representativa, os abaixo assinados não são de quatro em quatro anos, podem existir sempre que necessário, à semelhança dos referendos e que cada vez mais devemos exigir aos cidadãos que participem e sejam exigentes. -----

**3. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA MOÇÃO DA CDU “PELA REJEIÇÃO DA DENOMINADA PARCERIA TRANSATLÂNTICA DE COMÉRCIO E INVESTIMENTO (TTIP);** - Presente a Moção da CDU, a Presidente da Mesa da Assembleia colocou a mesma a discussão.-----

**Carlos Manuel Fernandes de Almeida Lança** referindo-se ao ponto anterior disse que a democracia é participativa e que realmente pode haver referendos mas que são completamente diferentes dos abaixo-assinados, porque o referendo é um elemento da democracia em que o povo é chamado a votar. -----

A Presidente da Mesa da Assembleia frisou estar muito desagrada com a atitude de alguns deputados presentes e pediu respeito, frisando que os deputados só devem pedir a palavra sobre o ponto que está a ser tratado. -----

**António Filipe Parra Martins** opinou que a democracia tem muitos instrumentos, entre eles, as Moções mas que os cidadãos têm todo o direito de se manifestar com abaixo-assinados. Seguidamente leu a Moção. -----

**Miguel Moreira da Costa** afirmou que tem muito gosto em receber e ler tudo o que é publicidade que vem dos partidos, e acrescentou: *“O que não podemos deixar passar nesta*

*Asssembleia é que qualquer comunicado que vem do Comité Central do PCP ou da CDU em cada Assembleia, em cada Junta chegue em forma de Moção. Isto é verdadeiramente uma Moção ou é propaganda do Partido Comunista ou da CDU? Quando uma Moção vem à Assembleia eu sou obrigado a lê-la entre os documentos como uma proposta e continuo a assistir continuamente à tomada de posição do PCP que chega a todos os lugares do país em forma de Moção que é pura e simplesmente publicidade. Relativamente ao TTIP, não gosto deste tratado particularmente pelo secretismo que o envolve. Há uma grande pergunta que aqui se faz – Sabe-se o que ganham as multinacionais mas não se sabe o que ganham os cidadãos. O TTIP é questionado desta forma pela CDU, eu gostava de saber se um tratado deste género fosse com outras áreas geográficas, com outros países ou com outros sistemas políticos, se haveria a mesma posição por parte da CDU”. -----*

*António Manuel Cipriano Cabrita declarou: “Habituei-me do PCP e da CDU, ao longo dos anos, a ouvir propostas concretas sobre VRSA e muitas vezes concordei com elas, votando favoravelmente ao lado do PCP. Noto que, nos últimos anos a CDU limita-se a participar nestes atos com meras Moções. Este tipo de Moção dá um fraco contributo para resolver as questões do país”. -----*

*Colocada a votação, a proposta **NÃO FOI APROVADA** com os votos contra da bancada do PSD, quatro abstenções da bancada do PS e 5 votos favoráveis. -----*

*Rui João Gutierrez Setúbal fez a seguinte Declaração de Voto: “O PS absteve-se porque apesar de considerarmos ser um assunto importante e, de certa forma também estarmos contra ele, extrapola-se aquelas que são as funções desta Assembleia”. -----*

**4. APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA MOÇÃO DA CDU “A ESCOLA PÚBLICA, GRATUITA, UNIVERSAL, INCLUSIVA E DE QUALIDADE É UM DIREITO DE TODOS OS CIDADÃOS E UMA OBRIGAÇÃO DO ESTADO PORTUGUÊS”;** - Presente a Moção da CDU, a **Presidente da Mesa da Assembleia** colocou a mesma a discussão. -----

**Marco Aurélio Vilanova do Ó** leu a Moção. -----

*Colocada a discussão, registou-se a intervenção de **Maria Luisa Santos Currito de Oliveira e Castro** que informou que a bancada do PS vai votar a favor por considerarem que a escola pública e os seus profissionais devem ser defendidos e valorizados, e continuou: “Os contratos de associação poderão no entanto manter-se apenas como um instrumento alternativo e superlativo da escola pública mas que nenhuma criança e jovem fiquem prejudicados e que o Estado ofereça esta garantia. Votamos favoravelmente também,*

*porque consideramos que é um assunto nacional e não internacional e que está na Ordem do Dia". -----*

**Miguel Moreira da Costa** considerou elementar que todos queiram uma escola pública gratuita, universal, inclusiva e de qualidade, sendo um direito de todos os cidadãos e uma obrigação do Estado Português. Disse que concorda com aquilo que diz a Moção, que o ensino em Portugal também é livre e abre-se o leque de participação da formação dos cidadãos e escolas privadas, que o que se refere à escola privada é a defesa de um dos princípios da constituição que é a liberdade do ensino que não é visível no texto desta Moção. Expôs ainda o seguinte: *"A partir de uma ideologia, se está a propor para o país um ensino massificado com uma só visão. Tenho muita pena que todas essas propostas sobre o ensino e a educação se fixem e se reduzam apenas a mais investimento no ensino público, é a única dimensão positiva, a única proposta. Parece que há um movimento que é rebaixar aquela que é a participação das instituições de ensino na formação dos cidadãos para dizer que a escola pública é o único caminho. Alguém da bancada da Assembleia da República do PS disse que aqui há muitas coisas a ver a respeito do ensino – a diminuição do número de alunos por turma guardada na caixa de promessas, silêncio sobre o modelo de gestão de escolas, sobre a sobrecarga dos currículos, a burocracia asfixiante, a diferença de tratamento entre os professores do 1.º ciclo e outros, a reorganização do desporto escolar, esponja passada sobre as necessidades educativas especiais, entre outros. Quem ataca a escola pública ataca os pobres, mas ao mesmo tempo temos de apoiar a liberdade de ensino. Nesta Moção não se propõe nada específico para o Algarve. Nós somos periferias e há um peso maior sobre as nossas famílias e os nossos filhos. Porque é a grande parte das despesas relativas à escola pública não têm desconto no IRS? Existe uma dimensão positiva daquilo que possam ser propostas para os nossos alunos. Devemos defender a escola pública num país onde o ensino privado tem o seu lugar sem pesar no bolso do cidadão". -----*

**Rui João Gutierres Setúbal** frisou que, depois de ouvir a intervenção anterior, gostava de recordar que, nem a política que está a ser implementada, nem esta Moção estão contra a liberdade de ensino em escolas privadas que também devem existir, e acrescentou: *"Eu próprio frequentei durante seis anos a escola privada, nomeadamente o Externato Nacional que era integralmente pago pelo meu pai. Não pode haver apoios, não se pode estar a pagar para uns terem o ensino com uma qualidade e outros terem ensino de outra qualidade. Com o dinheiro de todos não deve haver escolas privadas. Quem quer ensino privado deve pagar na íntegra". -----*



A **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** colocou a proposta a votação, tendo a mesma sido **REJEITADA** com 13 votos contra da bancada do **PSD** e 11 votos favoráveis das bancadas do **PS**, **CDU** e **BE** e dos deputados **Luis Miguel Guerreiro Romão** e **Maria do Rosário Papafina Proença** da bancada do **PSD**. -----

A **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** sublinhou que, sem querer justificar a sua votação, gostaria de lembrar que foi professora durante trinta anos numa escola pública, tendo a possibilidade de trabalhar num sistema educativo extraordinário, talvez dos melhores da Europa que depois viu cair estrondosamente nos últimos tempos. -----

**5. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO DE CONCEÇÃO, CONSTRUÇÃO, EXPLORAÇÃO E GESTÃO DE EQUIPAMENTO HOTELEIRO NO COMPLEXO DESPORTIVO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO – ADJUDICAÇÃO E APROVAÇÃO DE MINUTA DE CONTRATO;** - Presente a proposta do Presidente da Câmara Municipal, aprovada por **MAIORIA** em reunião de câmara de 2 de agosto, com as abstenções dos Vereadores David Murta e Luis Salas e o voto contra do Vereador José Cruz. -----

**António Filipe Parra Martins** opinou que o debate que aqui se desenvolveu mostra a importância de se utilizarem instrumentos de democracia, daí que todas as Moções que a CDU traz à Assembleia mostram que são válidas e que sobre este ponto a CDU considera que as Assembleias, assim como as reuniões de câmara marcam um momento negro porque estão aqui a ser discutidas tomadas de decisões que terão proporção por décadas e que serão muito difíceis de reverter. Disse ainda que a CDU irá votar contra porque vê com muita preocupação o que está a acontecer ao concelho em que todas as oportunidades são encontradas para arranjar mais uns milhões para serem enfiados numa dívida, refletida na alienação do património. -----

**Rui João Gutierrez Setúbal** frisou que, quando foi discutida a alteração do Plano de Pormenor desta zona do Complexo Desportivo, o PS teve ocasião de discordar da massificação e construção de equipamentos projetados para este local. Disse ainda: *“Fazia algum sentido votar contra esta proposta. No entanto optamos pela abstenção uma vez que não estamos contra os investimentos numa altura em que poderão gerar postos de trabalho na fase de conclusão da exploração mas estamos contra a sua localização. A empresa a quem se pretende adjudicar este investimento tem um capital social de 30,00€, a Sun House tem como sócio único a Sun House Management que tem um capital de 50.000,00€ e por sua vez é detida por uma outra sociedade com domicílio fiscal em Londres. Há aqui alguma preocupação ao ver que este conjunto de sociedades e principalmente a sociedade com quem*

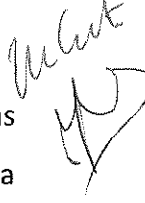
*se vai fazer o contrato tem um capital social de 30,00€ e compromete-se a fazer a construção de um equipamento hoteleiro de 4 estrelas, a pagar um valor inicial de 160.000,00€ à Câmara Municipal, que se compromete a ficar com o edifício durante 50 anos e depois entrega-lo à autarquia no fim do contrato com uma renda de 5.000,00€ mensais". Perguntou que garantias existem prestadas por esta empresa que garantam ao município que este contrato vai ser cumprido e se existe algum estudo de viabilidade já que o valor destas sociedades não chega a 1/3 do valor inicial. -----*

O **Presidente da Câmara Municipal** disse a **Rui Setúbal** que respeita a sua opinião mas que, quando as opiniões são juízos de valor e de intenções, fica manifestamente incomodado com essa postura. Sublinhou que ter opiniões diferentes ou dúvidas é legítimo mas que não pode concordar com a afirmação do deputado quando diz que não se pediu garantias e que por isso há uma imprudência da Câmara Municipal, e acrescentou: *"Imprudência foi quando o senhor era deputado municipal e votou favoravelmente a construção de um imóvel que foi vendido em hasta pública, a antiga praça do peixe, que até hoje não conseguimos recuperar. Há garantias contratuais e, na assinatura do contrato, a empresa tem de fazer o pagamento de 2% do valor total do investimento. O código de conduta da contratação pública exige por lei essas garantias".* A **António Martins** disse que se estivesse nas bancadas era capaz de votar favoravelmente a Moção sobre o ensino público. Disse ainda: *"A diferença entre as nossas posições é a postura, o PCP é o partido mais conservador e mais cristalizado na sociedade portuguesa porque cai dentro das suas próprias contradições. Aquilo que o Município está a fazer é um concurso público, sem atribuir diretamente a ninguém, como os senhores queriam fazer na Câmara Municipal com o Parque de Campismo de Monte Gordo. Vamos criar 60 a 70 postos de trabalho que curiosamente é a vossa bandeira política e vamos ter mais capacidade de receber pessoas com qualificação na cidade".-----*

Colocada a votação a proposta foi aprovada por **MAIORIA**, com os votos contra da bancada da **CDU** e a abstenção dos membros das bancadas do **BE** e **PS**. **David Vasques da Silva** não votou por fazer parte do júri do concurso. -----

A bancada da **CDU** leu e entregou Declaração de Voto. -----

**6. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO PROCEDIMENTO DE HASTA PÚBLICA PARA ARRENDAMENTO PARA FINS NÃO HABITACIONAIS DE TRÊS IMÓVEIS NO CENTRO HISTÓRICO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO – ADJUDICAÇÃO;** - Presente a proposta do Presidente da Câmara Municipal, aprovada por **UNANIMIDADE** em reunião de câmara de 16 de agosto. -----

*McGinty*  
  
**Luis Manuel da Rosa Fernandes** frisou que a proposta tem várias alíneas, que noutras matérias a Mesa da Assembleia já tem pedido o parecer jurídico da Câmara Municipal, que a Assembleia vai deliberar a anulação da adjudicação e não temos conhecimento da lei. Sublinhou que estaria mais à vontade na votação se visse um parecer jurídico sobre a matéria. -----

O **Presidente da Câmara Municipal** explicou que a questão apresentada não faz sentido porque quem prepara todas as propostas é a Divisão de Assuntos Jurídicos da Câmara Municipal e por conseguinte, não há nenhuma questão de legalidade. -----

**António Filipe Parra Martins** informou que a CDU, desde que foi conhecedora do resultado do concurso, mostrou dúvida, em particular por ter havido apenas um interessado que só por si mostra a recetividade que este processo teve no mercado. Disse também que no entanto a CDU está de acordo com a anulação do concurso mas que vai abster-se mantendo dúvidas sobre se esta será a melhor solução para aqueles imóveis na zona nobre da cidade e que deixarão de ter um uso público com esta solução proposta. -----

A **Presidente da Assembleia Municipal** colocou a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada por **MAIORIA** com as abstenção das bancadas da **CDU** e do **BE**.-----

**7. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL DE PARCELA DE TERRENO PARA DOMÍNIO PRIVADO MUNICIPAL, SITO NA URBANIZAÇÃO QUINTA DA MANTA ROTA, DESTINADO À IMPLEMENTAÇÃO DE UM EQUIPAMENTO DE UTILIZAÇÃO COLETIVA (CAPELA);** - Presente a proposta do Presidente da Câmara Municipal, aprovada por **UNANIMIDADE** em reunião de câmara de 16 de agosto. -----

**José Manuel Camarada Veia** perguntou quem vai dirigir a Capela. -----

A **Presidente da assembleia Municipal** informou que será o pároco a dirigir a Capela. -----

**José Veia** referiu que o processo diz que o equipamento é para utilização coletiva e que a Câmara Municipal é proprietária do edifício. -----

Colocada a votação a proposta foi aprovada por **MAIORIA** com o voto contra do membro do **BE** e da **Presidente da Assembleia Municipal**. -----

**8. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO PARA A CONCEÇÃO, CONSTRUÇÃO E EXPLORAÇÃO PARA A RENOVACÃO DOS POLIDESPORTIVOS DO COMPLEXO DESPORTIVO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO;** - Presente a proposta do Presidente da Câmara Municipal, aprovada por **MAIORIA** em reunião de câmara de 31 de agosto, com as abstenções dos Vereadores David Murta e José Barão e o voto contra do Vereador José Cruz.

**António Filipe Parra Martins** referiu que, para além dos motivos que a CDU apresentou anteriormente, este é um exemplo da adulteração do espaço público no concelho, que a forma como o Complexo Desportivo foi conseguido para a prática desportiva está, com estas propostas, a ser totalmente subvertido e com a sua aprovação corremos o risco de vir a ter uma superfície comercial em pleno Complexo Desportivo ou abrir espaço para uma clínica e que mais uma vez esta é uma concessão de 30 anos. -----

**António Manuel Cipriano Cabrita** afirmou que perante estas tomadas de posição fica com a sensação de que a CDU gostaria de ter um Complexo Desportivo sem utilidade e que se este equipamento não tiver o mínimo de dinamismo, o mesmo vai-se deteriorando. Afirmou louvar o executivo anterior ao PSD que fez uma aposta muito clara e que teve o cuidado de transformar o Complexo num espaço diferente e dinâmico, que por isso há que dar-lhe continuidade e que se os privados não interfiram nestes espaços não há forma de criar postos de trabalho nem riqueza. -----

**Rui João Gutierrez Setúbal** justificou a votação deste ponto e disse que, tal como no ponto anterior, o PS votou contra a alteração do PDM, afirmando a abstenção da bancada do PS pelas razões que já aduziram que têm a ver com os postos de trabalho. Alertou para que relativamente à lei dos compromissos não aconteça o mesmo que aconteceu no hotel, no qual os 2% na cláusula 28, n.º1, passaram para 0,5% no n.º 2 da mesma cláusula, após a conclusão da construção. -----

O **Presidente da Câmara Municipal** referiu: *“O que o deputado Rui Setúbal está a dizer faz todo o sentido. No entanto, é evidente que quem ganha o concurso e executa a obra fá-lo como deve ser. Depois de executar a obra não é necessário ter retido a caução e quando a mesma está finalizada há uma redução de caução como em qualquer obra pública que se faça”*. Ao deputado **António Martins** disse que a primeira força política da Câmara Municipal que aprovou uma grande superfície foi a CDU, nomeadamente o Minipreço que se instalou num equipamento público que tinha as suas especificidades e que era o antigo Quartel dos Bombeiros, e acrescentou: *“Não digo que fizeram mal. O que digo é que há incoerência. Nessa altura, o PS que estava na oposição fez uma manifestação de comerciantes e depois quando foi para o poder, aprovou o Lidl, entre outros. Quem não tem memória não tem futuro!”*. -----

**Marco Aurélio Vilanova do Ó** disse que já que estamos a relembrar alguns acontecimentos históricos no concelho, confirma que foi efetivamente a CDU que aprovou esse



estabelecimento mas com muitas dificuldades criadas pelo PS e PSD e que a CDU vota contra porque considera uma mais-valia a área verde que não está aqui equacionada. -----

A proposta foi colocada a votação e foi aprovada por **MAIORIA** com as abstenções da bancada do **PS** e os votos contra das bancadas da **CDU** e do **BE**.-----

**9. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO PARA A CONCESSÃO DA GESTÃO E EXPLORAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE ÁGUA E DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS DO MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO;** - Presente a proposta do Presidente da Câmara Municipal, aprovada por **MAIORIA** em reunião de câmara de 31 de agosto, com os votos contra dos Vereadores David Murta, José Barão e José Cruz. -----

**António Filipe Parra Martins** disse querer lembrar que Vila Real de Santo António tem um pavilhão desportivo que está fechado há anos e que não será certamente para ficar lembrado. Sobre o contrato de concessão da água e dos esgotos disse o seguinte: *"A CDU já aqui mostrou a sua posição até mais alargada sobre a questão da água pública dando exemplos de que em muitas localidades e muitos países está a haver reversão deste processo - passando este serviço para a esfera privada a situação não corre bem. Em VRSA somos pioneiros a votar esta medida. Em que situação ficarão os trabalhadores da SGU que neste momento trabalham nestes serviços? Que garantias têm e em que ficamos em relação às 35 horas?"*. -----

**Rui João Gutierrez Setúbal** disse que teve a oportunidade de ver uma reportagem numa TV Alemã sobre o problema da água e das concessões da água em Portugal, no qual se demonstrava que nos sítios onde tinha havido privatização, apesar dos compromissos assumidos, os aumentos foram na ordem dos 400%. Frisou que o município irá receber um total de 46 milhões de euros, que em 2016 e 2017, entrarão nos cofres da autarquia 4 milhões de euros e opinou que existe um grande desequilíbrio naquilo que o Município irá receber nos três anos seguintes que serão 10 mil euros por ano. Acrescentou que não percebe a forma de divisão da verba na medida em que nos dois primeiros anos a autarquia receberá 8 milhões de euros, nos três anos seguintes serão 30 mil euros e depois passar-se-á a uns valores constantes. Perguntou ainda o que irá acontecer com a concessão da água à SGU. -----

O **Presidente da Câmara Municipal** respondeu a **Rui Setúbal** que o contrato com a SGU é de gestão de serviços e que será anulado. -----

**Rui Setúbal** disse que espera que os seus receios de aumento da tarifa da água não aconteçam. -----

**José Manuel Camarada Veia** afirmou que a Câmara Municipal e a SGU têm uma dívida grande ao fornecedor da água, que para entregar uma exploração deste bem essencial faz-se um concurso público com uma entidade privada e que este bem devia ser devolvido ao fornecedor. Disse ainda que tem de fazer um discurso contrário e esperar que os munícipes passem a pagar menos taxas. Perguntou qual a dívida existente às Águas do Algarve e afirmou que as infraestruturas que foram criadas e pagas pela Câmara Municipal são agora para dar a uma empresa privada. -----

**Luis Manuel da Rosa Fernandes** afirmou que estas questões advêm do FAM e do PAEL e obrigam a estas concessões e à venda de terrenos, e acrescentou: *“A situação económica da Câmara Municipal e a gestão tem sido deficitária e infelizmente não se conseguiu reverter-chagamos agora à venda de património, privatiza-se água e resíduos. Este executivo, durante estes anos, podia ter feito muito diferente e não era muito difícil – olhem para o concelho e para a situação real – desemprego, precaridade, vertente social, a inexistência de dinamismo económico, o não desenvolvimento do concelho nestes 11 anos. Era fácil fazer diferente como outros concelhos fizeram”*. -----

**Carlos Manuel Fernandes de Almeida Lança** disse a **Luis Fernandes** que os outros concelhos também não estão bem economicamente nem com um desenvolvimento diferente, e acrescentou: *“Em relação àquilo que se tem dito sobre a água ser um bem essencial recordo que há outro bem essencial que é o pão e é feito e vendido por privados”*. -----

O **Presidente da Câmara Municipal** disse a **António Martins** que preza e regista a preocupação demonstrada relativamente aos trabalhos da SGU, e acrescentou: *“É claramente uma inversão do ponto de vista do vosso discurso político. Há bem pouco tempo todas as vossas posições eram contra os trabalhadores da empresa municipal porque eram contra a criação da SRU e da SGU. Quando nós chegámos à Câmara Municipal, uma boa parte dos trabalhadores estavam com subsídios de turno e horas extraordinárias em atraso e nunca vi nenhuma outra posição de partidos de esquerda em relação a essa matéria”*. A **Luis Fernandes** disse que a sua intervenção não faz nenhum sentido porque existem factos que comprovam isso, que os freelancers da política deveriam informar-se melhor antes de falarem, e continuou: *“Em 2005 não havia chuveiros e lava-pés nas praias, a EN 122 e 125 tinham bermas de pedra e lama, não havia esgotos convenientes, o espaço envolvente do antigo Casino da Manta era um mar, o mar chegava às casas das pessoas em Monte Gordo, a Aldeia Nova e as Hortas não tinham esgotos, entre outros. Os senhores receberam 12 milhões de euros para investirem nas redes de Saneamento Básico, construíram a ETAR e a*

*obra ficou mal feita, sem se ter feito a estação de tratamento de águas residuais. Por isso é que temos uma parte importante da dívida às Águas do Algarve. A reparação de erros históricos e negligências custou 62 milhões de euros à Câmara Municipal. Estes são os factos e esta mudança foi imprimida a VRSA. Com a proposta que vamos hoje aprovar conseguimos sustentabilizar a dívida da Câmara Municipal. O privado vai explorar uma infraestrutura que é da autarquia. Isto é uma concessão e não uma privatização. O PCP e o sindicato podem estar contra as tomadas de posição da Câmara Municipal mas não devem dizer que vamos privatizar. Os trabalhadores da SGU vão ser todos respeitados como sempre foram". -----*

**José Manuel Camarada Veia** respondeu ao **Presidente da Câmara Municipal** que a sua vida profissional tem mais de cinquenta anos e que nunca foi freelancer da política. Perguntou também quanto é que a Câmara Municipal ou a SGU devem à Segurança Social. -----

O **Presidente da Câmara Municipal** informou o deputado que não existe qualquer dívida à Segurança Social. -----

A proposta foi colocada a votação e foi aprovada por **MAIORIA** com os votos contra bancada do **PS** e os votos contra das bancadas da **CDU** e do **BE**.-----

**10. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO PARA A CONCESSÃO DA GESTÃO E EXPLORAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE ÁGUA E DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS DO MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO – COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA CONCESSÃO;** - Presente a proposta do Presidente da Câmara Municipal, aprovada por **MAIORIA** em reunião de câmara de 31 de agosto, com os votos contra dos Vereadores David Murta, José Barão e José Cruz.-----

**Rui João Gutierrez Setúbal** perguntou quantas pessoas fazem parte da Comissão de Acompanhamento. -----

O **Presidente da Câmara Municipal** respondeu que são inicialmente duas pessoas, nomeadamente um representante do concessionário e um representante da Câmara Municipal e posteriormente mais um elemento nomeado pelas pessoas. -----

A **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** colocou a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada por **MAIORIA** com os votos contra das bancadas do **PS**, da **CDU** e do **BE**.-----

Registou-se a ausência de **Luis Manuel Negrão Vargas**. -----

**António Manuel Cipriano Cabrita** leu a seguinte Declaração de Voto: -----

*"O PSD votou favoravelmente esta proposta e nota que a oposição não quer que haja controlo sobre a concessão das águas, uma vez que votou contra". -----*

**Rui João Gutierrez Setúbal** leu a seguinte Declaração de Voto: -----

*“Nós não tínhamos informação suficiente e não nos parece que seja suficiente o número de pessoas que farão parte da Comissão de Acompanhamento nomeada. O que nos leva a votar contra é não termos nenhuma participação neste processo de concessão”.* -----

**11. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO PROCEDIMENTO DE CELEBRAÇÃO DE CONTRATO ONEROSO DE TRANSMISSÃO DE PRÉDIO URBANO DESTINADO À CONSTRUÇÃO DE UNIDADE HOTELEIRA SITO NA FREGUESIA DE MONTE GORDO;** - Presente a proposta do Presidente da Câmara Municipal, aprovada por **MAIORIA** em reunião de câmara de 31 de agosto, com a abstenção dos Vereadores David Murta e Célia Paz e o voto contra do Vereador José Cruz. -----

Interveio **António Filipe Parra Martins** que perguntou se o referido terreno é frente ao Hotel Vasco da Gama e acrescentou que a posição da CDU é conhecida e integra-se no que tem vindo a afirmar sobre a delapidação do património do município para pagamento da dívida.--

**Luis Manuel Fernandes da Rosa** disse que o PDM não permite essa alteração. -----

O **Presidente da Câmara Municipal** explicou que este terreno é na zona poente, junto à praia e que a construção naquele local está prevista no Plano de Ordenamento da Orla Costeira que é posterior ao PDM que previa essa unidade hoteleira em cima das dunas mas que a Câmara Municipal quis desviá-lo para solos apropriados. A **António Martins** perguntou qual é o seu conceito de delapidar o património e como se pode construir uma unidade hoteleira sem vender o terreno. -----

**António Filipe Parra Martins** afirmou que todo o encaixe financeiro que surgir neste momento é para o pagamento da dívida, ao que o **Presidente da Câmara Municipal** respondeu que mal seria se o dinheiro que se recebe não entrasse na tesouraria da Câmara Municipal, e continuou: *“Gostava de entender o seu ponto de vista. Há um terreno que tem um destino dado pelo executivo CDU. Não vamos ficar para sempre a olhar para o terreno. Também a CDU vendeu terrenos quando era executivo”.* -----

A **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** colocou a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada por **MAIORIA** com os votos contra das bancadas da **CDU** e do **BE** e a abstenção dos membros da bancada do **PS**.-----

O **BE** apresentou a seguinte Declaração de Voto: -----

*“Voto contra porque não acredito em grandes hotéis, é tudo bluff”.* -----

**12. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOLHA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS, RECOLHA DE OBJETOS VOLUMOSOS E RESÍDUOS VERDES, LAVAGEM**



**DE CONTENTORES, LIMPEZA URBANA, DE PRAIAS E RIBEIRAS NO CONCELHO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO;** - Presente a proposta do Presidente da Câmara Municipal, aprovada por **MAIORIA** em reunião de câmara de 30 de agosto, com os votos contra dos Vereadores Luis Salas, Célia Paz e José Cruz. -----

**Rui João Gutierrez Setúbal** perguntou quanto custa mensalmente o serviço de recolha de lixo neste momento ao Município de Vila Real de Santo António. -----

**António Filipe Parra Martins** lembrou que a posição da CDU é conhecida e que se a autarquia chegou ao ponto de não ter funcionários e viaturas é devido ao endividamento. ----

O **Presidente da Câmara Municipal** disse a **António Martins** que as Câmara Municipais ficaram interditas de contratar pessoal por consequência do PAEL mas que, se não tivesse sido contraída dívida para fazer os esgotos, estavam a pagar valores exorbitantes de multa a Bruxelas. Disse ainda que face a esta situação, o executivo quer dar qualidade aos serviços tendo em conta que os funcionários autárquicos já não têm capacidade para fazer melhor porque não há trabalhadores suficientes, sendo necessário fazer uma prestação de serviços. A **Rui Setúbal** respondeu que custa anualmente, aproximadamente, dois milhões de euros e significa uma redução de 300 a 400 mil euros. -----

**Rui João Gutierrez Setúbal** disse não perceber a resposta do presidente já que o contrato refere 8,1 milhões euros, acrescido por ano, acrescido de IVA ao que o **Presidente da Câmara Municipal** respondeu que esse valor é o equivalente a 8 anos, duração completa do contrato. -----

**António Filipe Parra Martins** perguntou se este serviço é complementar ao serviço que a autarquia já presta nesta área os se se sobrepõe aos serviços já existentes e em que situação ficam os trabalhadores dessa área. -----

O **Presidente da Câmara Municipal** respondeu que, relativamente aos trabalhadores, quem quiser passar para este contexto não perdendo o vínculo e as condições como funcionário da Câmara Municipal passará, quem não o quiser fazer, será realocado noutro serviço dentro da autarquia. -----

Colocada a votação, a proposta foi aprovada por **MAIORIA** com os votos contra das bancadas da **CDU**, do **BE** e do **PS**.-----

**13. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA HASTA PÚBLICA PARA ALIENAÇÃO DE PRÉDIO URBANO SITO EM MONTE GORDO;** - Presente a proposta do Presidente da Câmara Municipal, aprovada por **MAIORIA** em reunião de câmara de 31 de agosto, com a abstenção dos Vereadores David Murta e Célia Paz e o voto contra do Vereador José Cruz. -----

**António Filipe Parra Martins** perguntou se este é o terreno que está em frente ao Hotel Vasco da Gama que serve atualmente de estacionamento para as viaturas dos funcionários das unidades hoteleiras de Monte Gordo e afirmou que situação idêntica poderá acontecer no estacionamento do Cine-Foz e em VRSA ficarmos sem alternativa aos parquímetros. -----

**José Manuel Camarada Veia** disse não perceber o que se irá fazer com esta alienação e opinou que aquele espaço/terreno daria um bom jardim. -----

A **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** colocou a proposta a votação, sendo a mesma aprovada por **MAIORIA** com os votos contra das bancadas da CDU e do BE e a abstenção dos membros do PS. **David Vasques da Silva** não votou por fazer parte do júri do concurso. -----

O **BE** leu e entregou Declaração de Voto. A **CDU** informou que a declaração de voto já lida e entregue, refere-se aos pontos 5,8,9,10,11,12 e 13. -----

**António Manuel Cipriano Cabrita** frisou que as pessoas que estão no público têm o tempo próprio para intervir, que acontece quando acaba o debate dos pontos da Ordem do Dia, que uma coisa são as intervenções dos deputados e o debate de pontos de vista diferentes entre membros da Assembleia e que o público não deve interferir nem interromper os trabalhos como aconteceu nesta sessão. Salientou ainda que as Assembleias estão sujeitas à Lei das Autarquias locais que determina o funcionamento das mesmas e que o que a Lei diz tem de ser respeitado.-----

**António Filipe Parra Martins** opinou que todos têm de perceber do funcionamento das assembleias, nomeadamente o tempo de intervenção e tomada da palavra, porque nesta sessão aconteceram ações que não são adequadas a este órgão. Concluiu dizendo que devemos acima de tudo tratar os nossos cidadãos com dignidade, o que não aconteceu. -----

#### **14.APRECIACÃO DO RELATÓRIO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO.**-----

Não se registaram intervenções. -----

Passou-se ao período de intervenção do público, registando-se a intervenção de **Artur Ribeiro** que lhe pareceu de mau tom o litígio entre o Sr. Secretário da Assembleia e a Presidente da mesma. Disse ter feito, nessa ocasião, um comentário devido à sua experiência de 40 anos ao serviço das autarquias e de 20 anos como deputado da Assembleia Municipal do Porto e que quando um elemento da mesa quer intervir tem de pedir à Presidente para sair da mesa e falar. Terminou a opinar que não gostou da forma como o deputado António Cabrita se referiu ao público presente porque, na sua opinião, os autarcas devem incentivar

as pessoas a participarem nas Assembleias e nas Reuniões de Câmara, porque assim se faz a democracia.-----

A Minuta da Ata foi lida em voz alta e colocada a votação, sendo a mesma aprovada por **UNANIMIDADE**.

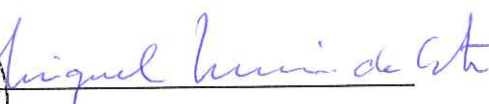
Não havendo mais nada a tratar, a **Presidente da Assembleia Municipal** deu por encerrada a sessão, pelas 00h00. -----

A Presidente da Assembleia Municipal,

O Primeiro Secretário,

  
(Maria do Rosário Papafina Proença)



  
(Miguel Moreira da Costa)

